

PAISAGEM, GÊNERO, MULHER E TRABALHO

Uma tentativa de reflexão, aproximação e observação

Jéssica Santos da Silva¹

Mestranda em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Partindo da máxima determinada por Cosgrove (1998) de que “a geografia está em toda parte”, propomos uma discussão e reflexão sobre as relações cotidianas, que foram e são constantemente “naturalizadas”, que são tomadas, compreendidas e repassadas diariamente de modo muitas vezes inconsciente e que, na verdade, são dotadas de intencionalidades, interesses, construções históricas que se mesclam, se camuflam nas paisagens sendo praticamente impossível sua identificação, nos valem da noção primordial de que nada é natural, tudo é construído. Tendo isso por base, nos debruçamos sobre uma análise do conceito de paisagem, suas dificuldades, potencialidades e virtualidades, seguindo para uma lógica mais complexa das contradições e intencionalidades por trás desse conceito, incluindo as paisagens ditas dominantes e excluídas. Nessas últimas elencamos a paisagem feminina, partindo para uma reflexão acerca das categorias gênero, trabalho e mulher. Por fim, como tentativa de observação, propomos uma aproximação do trabalho desenvolvido por um grupo de mulheres em uma cooperativa artesanal (COOPAROCA) que funciona na favela da Rocinha – RJ.

Palavras-chave: paisagem; gênero; mulher; trabalho.

LANDSCAPE, GENDER, WOMAN AND LABOUR: AN ATTEMPT OF REFLECTION, APPROACH AND OBSERVATION

Abstract

Starting from Cosgrove’s maxim (1998) that determines that ‘Geography is everywhere’, we propose a discussion and reflection about daily life relationships, which were and are constantly ‘naturalised’, which are daily processed, understood and reproduced frequently in an unconscious way and which, to be true, are embedded with intentionalities, interests, historical conceptions that are mixed and camouflaged in the landscapes, being almost impossible their identification, we serve ourselves from the prime notion of nothing being natural and everything being constructed. Having this as a basis, we depart to an analysis of the concept of landscape, its difficulties, potentialities and virtualities, going on to a more complex logic of the contradictions and intentionalities behind this concept, including the so-called dominant and excluded landscapes. Among the latter, we elect the feminine landscape, proceeding to a reflection about the categories gender,

¹ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

jessicasantospucRio@yahoo.com

labour and woman. For last, as an attempt of observation, we propose an approach of the work developed by a group of women in a craftwork cooperative (COOPA-ROCA) functioning in Favela da Rocinha – Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

Keywords: landscape; gender; woman; labour.

Não é nenhuma originalidade, singularidade ou novidade aferir que a ciência geográfica apresenta conceitos de alicerces para suas investigações. No presente artigo visamos nos debruçar, ainda que brevemente, sobre um desses conceitos-chave: paisagem. Para além de uma discussão sobre o conceito, propomos aqui uma análise que prime por um caráter crítico, compreendendo suas dificuldades e suas potencialidades. Considerando as singularidades do conceito, buscamos desenvolver uma reflexão, aproximação e observação no que tange tanto a esse conceito quanto a questões mais específicas que margeiam as discussões das categorias Gênero, Mulher e Trabalho. Dessa forma esse artigo se dispõe a princípio de proposições um tanto quanto gerais no que cernem ao conceito de paisagem; partindo para o tópico “O feminino enquanto cultura alternativa: um breve diálogo sobre gênero e trabalho da mulher”, caracterizando-se como um ponto mais específico de discussão, que considera e põe à tona as chamadas paisagens alternativas, particularmente as excluídas, tocando nas paisagens femininas; posteriormente, partimos para o tópico “COOPA-ROCA: uma chance de observação e aproximação sobre a mulher e o trabalho”, onde se busca, como o próprio nome indica, uma aproximação, uma tentativa de compreensão das ditas paisagens femininas a partir de um empiria.

Dito isso, tem-se que discussões acerca da paisagem não são recentes, pelo contrário, datam desde o século XIX, embora seja considerada pouco valorizada e por vezes preterida em comparação aos demais conceitos. Como ponto de partida, é interessante o estudo desenvolvido por Sansolo (2007) onde sugere uma interpretação e leitura a respeito dos significados da paisagem como uma categoria de análise geográfica e para tal perpassa e faz uso de representações da paisagem por meio de significados tanto linguísticos, quanto na pintura ou ainda significados geográficos.

É importante frisar que as representações linguísticas – em suas diversas origens tanto em línguas ocidentais quanto orientais – trazem à tona o quanto são an-

tigas as noções de que paisagem se refere à presença humana sendo condicionada e condicionando relações culturais entre civilizações e natureza. Isso tem prosseguimento quando o foco são as representações na pintura, i.e., a convicção da importância da presença humana na paisagem, tanto na paisagem que servia de pano de fundo para a sociedade, quanto na que se expressava como instrumento de racionalização sobre o espaço, em uma condição temporal passando pelo Classicismo e suas noções de paisagem como algo a ser dominado e ordenado pelo homem, pelo Romantismo, pelo Realismo, pelo Modernismo. Entre as representações geográficas, firma-se a dualidade sociedade-natureza, muito marcada pelo constante esforço e pelas múltiplas tentativas de aproximação entre geografia física e geografia humana, concomitante a busca por uma metodologia científica para o estudo da paisagem como uma categoria de análise geográfica.

Deve-se ressaltar e reconhecer, como bem aponta Sansolo (2007), que há uma negligência com relação à dinâmica da natureza em diversas escalas em que os interesses majoritários ficam voltados para aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Da mesma forma, por outro lado, também vigoram as desproporcionalidades dos que apenas consideram o funcionamento e os aspectos da aparência da natureza física e biológica e que acabam por ignorar a imprescindível dinâmica social presente nos espaços. Nessa fundamental consideração que se deve primar e perceber que os processos naturais não deixam de ocorrer em espaços socialmente produzidos, antagonicamente, esses processos se expressam na paisagem se relacionando e interagindo com a sociedade, de acordo com o modo de produção adotado, a paisagem é o registro gravado de uma civilização, uma mediação entre o objeto e a subjetividade humana.

Nesse bojo de discussão que ruma para uma análise crítica do conceito, torna pertinente a introdução do estudo de Souza (2013) que já inicia suas considerações apontando para o fato de que nenhum conceito geográfico é isento de controvérsias, o mesmo se aplica e estende, obviamente, ao conceito de paisagem. Portanto, o ponto inicial de suas proposições já evidencia as possíveis refutações e proposições para esse conceito. Ainda a princípio e de modo a propor bases para a sua discussão trata da Ecologia de Paisagem enquanto campo onde se verifica definições acerca do

conceito utilizado e empregado de modo tão abrangente que por vezes se assemelha ao conceito de espaço geográfico. Nesse momento é necessário fazer um adendo ressaltando a presença de uma constelação geográfica de conceitos, em que se integram espaço-tempo; espaço geográfico; território enquanto espaço de poder; lugar enquanto espaço vivido; ambiente enquanto relações sociedade-natureza; paisagem enquanto espaço-representação, cabendo atentar para a ideia de que antes de serem o que são todos os conceitos são espaço, a essência da paisagem mora, portanto, no espaço. A partir disso, Souza (2013) evidencia a importância da compreensão da paisagem com um escopo mais específico, associado ao espaço abarcado pela visão do observador; o que, de certa forma, já impõe notáveis indagações como: Contemplamos a paisagem? Ou estamos dentro da paisagem? Ou, ainda, de modo mais complexo, ocorrem os dois eventos concomitantemente? São esses questionamentos sempre recorrentes quando se propõe análises sobre a paisagem.

Assim, avança sua análise propondo uma retomada etimológica da paisagem, de modo a mostrar a complexidade do conceito já no que tange sua nomenclatura. Para tal, compara os termos *landschaft* (alemão) ao termo *landscape* (inglês), afirmando não ter o termo em inglês a mesma abrangência, por assim dizer, do termo alemão. *Landschaft* vai além da face visível do espaço. Em decorrência de um mal-entendido e de problemas na tradução, houve e ainda há desencontros e confusões terminológicas que colocam dificuldades às análises que se propõem através do conceito de paisagem. Ter essa noção básica é de grande valia para que se garanta uma análise científica, metodológica confiável e válida do conceito em questão. Tanto é que só a partir disso que Souza (2013) prossegue para a discussão da paisagem enquanto forma, aparência, valendo-se notar que o conteúdo 'por trás' da paisagem pode estar em consonância ou em contradição a sua forma. Usa, nesse momento, um exemplo claro e evidente de como essa noção ocorre em uma paisagem bucólica, dominada pelo verde, com algumas cabeças de gado, que parece indicar que estamos no rural. Despindo-se e mostrando-se através de uma pesquisa esmiuçada, minuciosa, com entrevistas e observação das práticas locais, pode-se perceber, porém, que ao contrário do que a paisagem sugere, aquele local é dominado por práticas econômicas urbanas e que os aspectos do rural não passam de um verniz para pagar

menos impostos e/ou que se trata de um local para especulação, reserva de valor. Nesse exemplo, o que se tem é uma contradição entre a aparência e a essência. Por isso cabe aferir que a paisagem, enquanto um tipo de representação visual, mistifica, oculta, distorce, oblitera, camufla a realidade, funciona como uma cortina onde por trás ocorrem as relações de lutas, tensões, conflitos, afinidades, realizações, os fenômenos. É exatamente por isso que se torna imprescindível desconfiar da paisagem, buscar interpretá-la, estudá-la, decodificá-la à luz das relações forma e conteúdo, aparência e essência.

Ao pensar nesse exemplo utilizado por Souza (2013) é inevitável retomar um outro aspecto muito pertinente de como a paisagem esconde e mostra ao camuflar. Em uma singela e rápida explicação nos voltamos aqui para uma observação que nasce dos estudos de Oliveira e Engemann (2011) que se debruçam a estudar a história da paisagem e as paisagens sem história através da presença humana na Mata Atlântica do sudeste brasileiro, em que notam e atentam para o fato de que a ação das diversas sociedades modela o ambiente por meio do estabelecimento de múltiplos territórios. A vegetação também tem uma dinâmica própria, trazendo também traços do passado. Exemplo disso também aparece nos estudos de Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni (2009), em que entre os caiçaras da Ilha Grande, as figueiras por questões culturais foram e ainda são mantidas intactas quando ocorre derrubada das florestas para implantação de roçados, a explicação para isso deve-se a uma possível origem na passagem bíblica em que Cristo amaldiçoa uma figueira que não produzia frutos. Além das tradições ancestrais africanas onde representam um deus-árvore: o iroco. No sentido cultural, tal fato pode evocar um aspecto simbólico da paisagem, ao expressar crenças, valores e mitos de uma população. Assim, as formas de influência das atividades humanas em fluxos e processos dos ecossistemas e paisagens são múltiplas, existindo um gradiente que vai desde ecossistemas pouco alterados até os completamente antropogênicos, apresentando constantemente um conjunto de vestígios nas paisagens. Esses vestígios são repletos de agregados simbólicos, que assim como a paisagem bucólica exemplificada por Souza (2013) podem camuflar, obliterar e esconder ainda que mostrem e revelem, i.e., um olhar leigo e superficial em ambos exemplos, tanto da paisagem bucólica quanto da figueira não

teria condição de decodificar os signos e símbolos das paisagens, não permitindo uma leitura apurada do espaço, levando para o caminho do oculto, do filtro que esfumaça, que esconde o que há por trás do que meramente se vê. Por uma questão de continuidade desse raciocínio tem-se que o mesmo se aplica às representações da paisagem, como pinturas, fotografias, filmes, desenhos, uma vez que essas representações da paisagem são caminhos para se refletir sobre certos preconceitos e projetos. O fato é que há custos humanos que podem ser invisíveis aos olhos.

Nesse âmbito também cabe discutir o conceito de paisagem trazendo a tona o problema das relações e da interação entre natureza e sociedade, em que considerar como sendo domínios distintos e independentes pode ser completamente problemático, tanto em teoria quanto na prática, vez que se coloca a questão de onde traçar a linha divisória entre as duas, mostrando-se carregada de dilemas éticos, morais, políticos. O que se coloca é uma dialética de oposição e de união entre natureza e sociedade, rural e urbano, autêntico e artificial.

Fazendo jus à análise crítica do conceito, como já mencionado, a paisagem mistifica, encobre, distorce, engana a realidade, o que se coloca é o modo como usar esse conceito e a partir dele tirar proveitos analíticos. Para tal deve-se compreender que a paisagem, na verdade, em paradoxo ao que foi afirmado anteriormente, é reveladora, muito embora revele ao encobrir e encubra ao revelar. E é disso que a pesquisa sócio-espacial crítica deve se fazer valer, discutindo e analisando, por exemplo, as chamadas por Souza (2013) de estratégias de ‘invisibilização’ de agentes e práticas através da paisagem. Esta ‘invisibilização’ pode ocorrer de duas formas, seja por meio da representação seletiva ou retocada ou por meio de intervenção no próprio substrato espacial material. Essas estratégias podem ser observadas nas inúmeras e constantes tentativas de ‘esconder’, ‘sumir’, com o que foi e é considerado, dentro de uma lógica elitista imposta, como sendo ‘feio’, ‘vergonhoso’, ‘desordeiro’, ‘sujo’, ‘inseguro’, que houvesse e há a necessidade de ser escondido e limpo. Para além disso, não se deve isentar uma outra possibilidade da paisagem para a pesquisa sócio-espacial que reside em examinar como a paisagem condiciona nossa (in)sensibilidade e o modo como nos socializamos.

É interessante destacar como essa(s) consideração(ões) até aqui apresentadas destoam, por exemplo, da noção de Milton Santos (1996) que considera a paisagem como um espaço isento da presença humana, praticamente estática, dada, parada, como um mero cenário, em contraposição a outros geógrafos como os já citados, que consideram imprescindível a presença humana na paisagem, valendo a questão da problemática das paisagens fantasmas. A relevância dessa observação está calcada na compreensão de que não estamos nos referindo a um conceito fechado e que embora muito seja corroborado e concordado, muito ainda se discorda e discute. É nesse sentido que é necessário aferir e reafirmar a necessidade de uma maior valorização do conceito em questão compreendido enquanto dotado e portado de limitações e potencialidades, em que muitas vezes suas barreiras se fazem mais presentes do que suas possibilidades e virtualidades, que não são poucas. A paisagem é repleta de (inter)subjetividades e por isso ocorre um duplo fenômeno de percepção, tanto interno, quanto externo, tanto do estado da alma, da vida, dos pensamentos, quanto do exterior, de fora, que se fundem e interpenetram.

Nesse âmbito, Cosgrove (1998) determina: “A geografia está em toda parte”. Assim, como a ciência seus conceitos-chave também estão em toda parte. A paisagem, portanto, está em toda parte. As paisagens são dotadas de significados distintos, são criadas por distintos grupos sociais. Uma exibem o poder da classe dominante, constituindo-se em marca identitária, outras derivam de grupos sociais emergentes e indicam o futuro de grupos sociais ou se associam a grupos excluídos.

A paisagem, argumenta Cosgrove (1998), pode e deve ser interpretada segundo qualquer aspecto relacionado às atividades e crenças humanas, justamente devido a seu caráter multidimensional, torna-se inclusive paisagem do consumo, do fetiche. Na perspectiva dos significados volta-se para metáforas dotadas de sentido geográfico, pois envolvem diferenças espaciais dos significados criados. Esse movimento rumo para além do produto dos sentidos e do intelecto, transformando-os metaforicamente com novos significados, através de uma capacidade imaginativa para interpretar a paisagem e a capacidade interpretativa humana é infundável, capaz de produzir mundos de significados. Assim, um mesmo processo ou forma pode e provavelmente terá significados distintos, de acordo com distintos códigos culturais, é

peçoal, individual, mas também é coletivo. Assim, a compreensão da paisagem enquanto produto e condicionante cultural, com os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza, implica considerá-la como expressão fenomênica do modo particular como uma específica sociedade se organiza em determinado tempo e espaço, i.é., uma dada formação econômica e/ou social. Com isso, Cosgrove (1998) contribui primando pela inserção da paisagem em uma formação social transcendendo a visão da paisagem como mero resultado da cultura. Ou seja, a paisagem não é apenas o produto, mas um agente ativo e integrados que desempenha importante papel na (re)produção da cultura. Trata-se de uma formação social que emerge calcada na apropriação daquilo que aos olhos dos europeus constituía-se em “mundo selvagem” (*wilderness*), apropriação e dominação que excluiu a população nativa por meio de limpeza étnica, em que por um lado persistiam as representações do lugar da beleza, da felicidade, da virtude e por outro lado o lugar da penúria, da solidão e do pecado.

A este respeito Berque (1998) contribuiu trazendo a noção da paisagem como sendo simultaneamente marca e matriz. Adotando uma abordagem particularista do conceito, a paisagem é marca que expressa uma civilização a partir de sua materialidade, que pode e deve ser descrita e inventariada, quantificada estatisticamente, descrita; mas é também matriz, que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação, ou seja, da cultura. A compreensão de geografia cultural aqui colocada prima pelo sentido (global e unitário) que uma sociedade dá a sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente. Nesse sentido, a paisagem é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada e eventualmente reproduzida por uma estética e por uma moral, gerada por uma política e assim consecutivamente. Por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política. Em síntese, torna-se necessários aferir que a paisagem é simultaneamente marca – uma geo-grafia, que é impressa pela sociedade na superfície terrestre, resultando em uma paisagem transformada, construída, embora os marcos /as marcas nem sempre estejam claramente impressos(as); ao mesmo tempo essas marcas são matrizes, ou seja, constituem a condição para a existência e

para a ação humana. Se por um lado ela é vista por um olhar, pelo outro ela determina, por assim dizer, esse olhar.

Dessa forma, é inquestionável a importância da contribuição de Berque (1998) para o desenvolvimento dos estudos sobre o conceito de paisagem, enquanto plurimodal, sendo passiva-ativa-potencial. Sendo a paisagem tanto marca quanto matriz, tanto civilização quanto percepção, concepção, ação. Calcar e se fundamentar nessa concepção torna-se imprescindível à medida que entender a paisagem como apenas um desses elementos pode gerar uma série de equívocos e problemas à análise que se propõe.

Assim, a paisagem é uma abstração que não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois. Pode-se compreender, nesse sentido, uma co-integração sujeito e objeto tendo a cultura como seu mediador, valendo-se ressaltar que o sujeito em questão é coletivo, dotado de um histórico e de um meio, compreendido como diverso, heterogêneo, múltiplo. Outro aspecto refere-se ao fato do conceito de paisagem não estar restrito somente à visão, pelo contrário, abrange-se para todos os sentidos como uma apreensão subjetiva; não somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo (não apenas o indivíduo, mas os condicionantes da sociedade, uma vez que os indivíduos situam-se no seio de uma cultura, dando sentido à sua relação com o mundo). Por isso, todas as ciências humanas e sociais abrangem os estudos da paisagem, não cabendo à geografia a pretensão de monopolizar o conceito ou o objeto. Retomando ainda a questão sensorial da paisagem para além da visão, é importante fazer um adendo de uma necessidade de reflexão quanto a própria definição de 'visão', em que o ver transcende o olhar, vai para além de algo que se delimite aos olhos, podemos e precisamos avançar para essa discussão, de uma visão mais voltada para o "ver o mundo", para a "visão de vida", algo que definitivamente não se limita ao que é abarcado pelos olhos, são percepções, desejos, anseios, angustias, imagens, símbolos.

Aqui também é significativo destacar a proposta de Berque (1998) quanto às condições práticas do estudo da paisagem em geografia cultural, propondo um esquema com cinco procedimentos: inventário eco-geográfico; inventário de represen-

tações; inventário dos conceitos e valores; inventário de políticas; exame sintético. Assim, cabe uma análise a partir de suas proposições no que tange ao fato de paisagem ser um conceito impreciso e realmente carecer dessa imprecisão. Obviamente, outros questionamentos também se fazem presentes como o tempo necessário para que uma sociedade pense seu espaço, indo ainda mais a fundo em sociedades que não pensam sua paisagem, produzindo um espaço ausente de imaginário, indiferentes a paisagem que os rodeia. E qual é efetivamente a paisagem pensada e (re)produzida por habitantes isentos de poder, que vivem em uma paisagem dada, construída e/ou imposta por outros, de que modo ela é sentida? Enfim, são questionamentos completamente cabíveis acerca desse conceito.

Nesse mesmo contexto de questionamentos e de imprecisão que Holzer (1999) constata que os geógrafos interessados no estudo da paisagem sempre tiveram e ainda têm dificuldades, o conceito ao longo da história pareceu dotar de uma inconsistência, difícil de ser definido, ou passível de uma definição parcial, válida para as culturas ligadas à Modernidade Ocidental. Assim, nesse sentido surgiram e se colocaram as propostas já aqui mencionadas formuladas por Cosgrove (1998), da paisagem se dispor como produto exclusivo do olhar europeu; ou de modo mais candente por Berque (1998) ao atribuir apenas aos povos ocidentais o reconhecimento do conceito, que mesmo aí tende a se tornar uma espetacularização pós-modernista do espaço tornado cenário. Com isso, Holzer (1999) reitera que o conceito de paisagem não pode perder seu significado essencial, no sentido fenomenológico, de uma formatação intersubjetiva de determinada porção do espaço delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre esse espaço. Ela, a paisagem, representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são base de ser social. É exatamente nesse sentido que a paisagem continua a colocar para os geógrafos problemas de “*standort*”, de localização dos modos de vida, como bem propôs Sauer. O problema a ser encarado é o de como definir, identificar, atribuir uma constituição reconhecível, como estabelecer limites, em um momento em que se globalizam relações intersubjetivas, se (des)localizam relações culturais, as identidades e o imagi-

nário, com a difusão dos meios de informação. Dessa forma, o que Holzer (1999) acaba por propor é uma radicalização do estudo geográfico, remetendo-se à essência dos seus conceitos e de seus problemas, de superar as separações entre sujeito e objeto, apontando para a possibilidade do Outro ser aceito em suas particularidades e identidades, sendo de primordial importância destacar em tons fortes as múltiplas e variadas intencionalidades presentes nos espaços e, portanto, nas paisagens.

Por intermédio desse apontamento, podemos agora lançar um olhar para a temática elencada para dar prosseguimento a esse artigo, em uma leitura da paisagem diversa, múltipla, hegemônica, costurada por relações de poder, de apropriação, de dominação, de símbolos, de signos, de intencionalidades, de hierarquias, de individualismos, de coletividades. Assim, nos sentimos a vontade para retomar os estudos de Cosgrove (1998) no que tange a cultura e aos simbolismos nas paisagens humanas (o que particularmente consideramos uma redundância, visto que se é paisagem, é humana) e na necessidade de decodificar essas paisagens simbólicas, sem muitos meandros partimos logo para a perspectiva da cultura como poder, fala-se aqui de culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas, cada uma das quais terá um impacto diferente sobre a paisagem. Por definição, a cultura dominante é aquela que, evidentemente, representa um grupo com poder sobre os outros através inclusive de um controle dos meios de vida, esses têm a capacidade de projetar e de comunicar com maior facilidade, alcance e força, gerando paisagens dominantes. Em contrapartida estão as paisagens alternativas, que obviamente surgem das culturas alternativas, essas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes. Deve-se ressaltar que a relação entre dominantes e alternativos também carecem da aplicação de escalas de análise, i.e., em determinada escala um cultura pode se configurar como dominante, mas olhando por outro viés escalar, se configura como alternativa. Portanto, não são relações cristalizadas, nem fixas. As paisagens alternativas, segundo Cosgrove (1998), podem ser residuais – paisagens relíquias, que pouco possuem do seu significado original –, emergentes – paisagens papel, que são frutos de culturas transitórias –, e excluídas – as que são renegadas e ameaçadas para a cultura dominante. Essa última citada nos dispõe de enorme valia. É no bojo de sua discussão que propomos aqui reflexões sobre as culturas excluídas, es-

pecificamente sobre uma cultura historicamente e oficialmente excluída, a cultura feminina, a cultura da mulher, as paisagens da mulher. Em geral, as mulheres representam a maior cultura singular excluída pelo menos no que tange ao impacto sobre a paisagem pública. É evidente que a cultura feminina está no lar, na paisagem doméstica, valendo ainda uma discussão sobre as ocupações e transitoriedades dessa cultura alternativa, inclusive no que tange ao espaço do trabalho. Mais adiante, propomos essa análise pelo viés da discussão de gênero e retomamos os aspectos conflitantes das condições do feminino. Que fique algo aqui marcado: ainda que seja uma cultura alternativa, não significa que seja fraca, pelo contrário, é resistente.

O feminino enquanto cultura alternativa: um breve diálogo sobre gênero e trabalho da mulher

A geografia está em toda parte. É a partir dessa afirmação de Cosgrove (1998) que propomos este tópico de discussão e análise. As relações cotidianas, que foram e são constantemente ‘naturalizadas’ (sendo oportuno aferir e ressaltar a não existência de uma paisagem natural, toda ela é cultural, é humana), que são tomadas, compreendidas e repassadas diariamente de modo muitas vezes inconsciente, na verdade, são dotadas de intencionalidades, interesses, construções históricas que se mesclam, se camuflam nas paisagens sendo praticamente impossível sua identificação. São, como proveitosamente contribuiu Lefebvre, as múltiplas relações entre as representações do espaço – com sua visão oficial, hegemônica, capitalista, ocidental, burguesa, machista, heteronormativa, que funciona através da banalização do espaço – e os espaços de representação – se opondo, resistindo, sendo o alternativo ao dominante –, vele ressaltar que as representações dissimulam, mais escondem do que mostram. Assim, apenas ouvimos, vemos, pensamos entender, pensamos decodificar, passamos adiante, agimos como meros figurantes, embora não sejamos. Essa noção é aqui a mais proveitosa e importante, exatamente por isso vale-se a repetição: nada é natural, tudo é construído. Portanto, as definições de paisagens dominantes e paisagens alternativas anteriormente trazidas não são naturais, há intencionalidades por trás delas, vemos apenas a fachada, a cortina, precisamos começar a compreender o que está por trás. Esse é nosso fio condutor, é o que perpassa a análise.

se de todos os autores até aqui citados nesse artigo e é também o que perpassa os estudos dos autores que propomos adiante para dar prosseguimento, avançar e especificar nossa análise. Se a geografia está em toda parte, se a geografia é arcabouço de contradições, conflitos, tensões, intenções, portanto essas contradições, conflitos, tensões, intenções estarão em toda parte, em todas as paisagens, nas dominantes, nas alternativas, inclusive nas paisagens excluídas, como bem daremos seguimento agora a partir da cultura feminina, sendo primordial focar na discussão de gênero e posteriormente da discussão do trabalho da mulher.

Inicialmente, conforme foi exposto, torna-se necessária uma discussão acerca da categoria gênero e é nessa busca da problematização conceitual que esta categoria se expande como um campo específico de estudos sobre as mulheres. Partimos do princípio que a construção da categoria gênero que tratamos neste artigo está diretamente ligada à história do movimento feminista contemporâneo (na virada do século XIX), no ocidente, que influenciou as mudanças sociais e políticas através de manifestações contra a discriminação feminina (LOURO, 1997). Este movimento se ampliou por vários países – primeira onda do feminismo – que, mesmo contando com uma série de dificuldades e desigualdades, conseguiu pleitear algumas reivindicações para as mulheres, como o acesso aos estudos e às formações profissionais, embora ressaltemos que tais reivindicações fossem, sem dúvida, admitidas por mulheres brancas e de classe média. Já no que se denominou por 'segunda onda feminista', em 1960, houve o interesse deste movimento pelas construções teóricas da categoria gênero e esta categoria passou a ser problematizada, para além das preocupações sociais e políticas. É exatamente em decorrência disto que é importante que se lance um olhar histórico e ao mesmo tempo crítico à luz de autores(as) que fizeram de suas reflexões teóricas uma luta pelos direitos de igualdades, no sentido de respeito ao ser desigual.

Assim, o movimento feminista, após sua imersão em diversos campos sociais, promoveu diversas formas de reivindicações, constituindo-se como um movimento político em defesa dos direitos das mulheres, por isso afirmamos anteriormente que o fato de ser uma cultura alternativa em nada significa ser uma cultura fraca, pelo contrário, configura-se como uma cultura de resistência e, assim, constrói e produz

paisagens de resistência, ainda que subjugadas ao dominante. Neste sentido, o movimento passou a apresentar a perspectiva do patriarcado – nesse caso, o dominante, o que impõe, o que detêm o controle dos modos de vida, a cultura dominante que determina paisagens dominantes –, onde alguns teóricos se utilizaram do pensamento de Max Weber (BARBIERE, 1993), para explicar que a subordinação feminina sempre esteve centralizada na postura do patriarca, i.e., a submissão das mulheres era produto deste ordenamento social e cultural.

Essa opção por trabalhar a categoria de gênero é válida devido à sua importância para a análise geográfica dos movimentos sociais, estando, por exemplo, intimamente conectada com as questões de classe e de etnia. Isso é óbvio, uma vez que a luta e as condições para lutar da mulher branca apresenta aspectos singulares distintos da luta e das condições para lutar da mulher negra, uma coisa é falar do feminismo casa grande outra bem diferente é falar do feminismo na senzala; uma coisa é falar do feminismo no condomínio outra bem diferente é falar do feminismo na favela. São múltiplas e diversas lutas, são múltiplas e diversas mulheres, produzindo e sendo produzidas por múltiplas e diversas paisagens – não temos aqui nenhum receio do uso constante dos mesmos vocábulos, pelo contrário, funcionam como uma intencional reafirmação. Nesse sentido, cabe aqui algumas implicações dessa abordagem afirmadas por Louro (1997, p. 22):

Ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Pode-se aferir, a partir disso, que, segundo Correia (2010) a questão de gênero não se restringe às condições biológicas, vai muito além abrangendo outras dimensões tanto social, quanto cultural, quanto geográfica, quanto espacial, quanto paisagística, vez que falar em paisagem é falar em cultura. De acordo com Correia (2010), “a diferenciação entre homem e mulher foi construída socialmente, transcendendo

assim os determinismos biológicos.” Assim, Alves e Pitanguy (1991, p. 55) afirmam que:

O masculino e o feminino são criações culturais e, como tais, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os gêneros. Os papéis produzidos são reveladores de relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, que estão, por sua vez, ligados a relações de poder muito mais abrangentes: as relações de poder da sociedade. Em cada momento histórico esse padrão vai se adequando aos interesses econômicos e ideológicos das classes dominantes. Romper com esse padrão significa não apenas estabelecer relações de gênero mais equilibradas, mas também, realizar uma transformação muito maior: a mudança nas relações de poder presentes na sociedade.

Atualmente, as discussões acerca da categoria de gênero continuam efervescentes, muitos estudiosos desenvolvem suas análises a partir de contribuições teóricas de Foucault, Deleuze, Derrida, dentre outros. De acordo com Torres (2011), de um modo geral, os debates rumam à proposta de uma não-fixidez da categoria, colocando como reflexão os aspectos em que homens e mulheres se constroem e desconstroem. Essa, segundo o autor, é uma maneira de analisar a categoria gênero sem separação, sem a ótica binária nas relações de homens e mulheres no contexto social, político e cultural, sem haver uma norma fixa, compreendendo que cada indivíduo é múltiplo, diverso, plural. Torres (2011) frisa ainda que se busca perceber a legitimação dos gêneros e como são construídos nas relações sociais, compreendendo os aspectos recíprocos do gênero e da sociedade, bem como suas maneiras particulares e contextuais.

Portanto, gênero é uma categoria que vai assumir diversos empregos, com as seguintes substituições, sexo por gênero e depois de gênero por mulher, sendo obrigatório enfatizar a complexidade da discussão e do entendimento da categoria. É nesse sentido que se entende a mulher neste presente trabalho, não enquanto uma noção cristalizada, enquadrada, fechada, pelo contrário, entende-se por mulher, o plural, o diverso, o conflitante no feminino.

Dito isto, acredita-se que se pode, neste momento, seguir a análise para a relação da mulher no mercado de trabalho (é importante ressaltar que em um estudo completo, valeria-se da necessidade de uma análise mais esmiuçada acerca da categoria gênero), uma vez que objetivamos o desenvolvimento de uma análise sobre o

trabalho da mulher, sendo essa compreendida como uma cultura alternativa, produzindo paisagens excluídas, na voz de Cosgrove (1998), ou como bem corrobora Souza (2013) as porções da paisagem que são negadas, obliteradas, camufladas, escondidas, através de processos de invisibilização.

É crucial, segundo Correia (2010), compreender que quando se trata de mercado de trabalho, a trajetória das mulheres ocorreu de variadas formas, destacando-se a necessidade do capital e os papéis sociais atribuídos a elas (ROY, 1999). Assim, deve-se entender que a mulher faz parte da divisão do trabalho, é objeto da exploração como vendedora de mão de obra para a acumulação e reprodução do capital. Através de sua entrada no âmbito laborativo, é que a mulher se sobrecarrega, uma vez que suas obrigações domésticas ainda lhe são empregadas, decorrente de uma ideologia pregada pela sociedade capitalista, burguesa, patriarcal, dominante que impõe uma hierarquia social entre os gêneros e seus correspondentes papéis.

No modo de produção capitalista, a manipulação realizada em relação à mulher é principalmente no sentido de reforçar seus papéis tradicionais, como esposa, mãe e dona de casa, garantindo que uma parte da reprodução da força de trabalho seja realizada gratuitamente através do trabalho doméstico. (CHINALI, 1982, p. 9)

O capitalismo é incompatível com a igualdade social. Para não mencionar o problema das classes, pedra fundamental do capitalismo, este sistema socioeconômico não admite tampouco a igualdade entre as distintas categorias de sexo [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 40)

Assim, como forma de compreender o papel desempenhado pela mulher no mercado de trabalho percebemos, reiteramos e corroboramos que as atividades desempenhadas no lar não são em decorrência de processos naturais, mas moldadas ao longo do tempo e naturalizadas, como se fosse a regra, o normal, a ordem, através inclusive de uma sobreposição integradora de acumulação de tempos e de intencionalidades diversas na paisagem, tanto enquanto marcas como matrizes; assim, o cuidado com os filhos e com a casa faz parte do processo social que historicamente delegou às mulheres essas responsabilidades. Grande parte da identidade de gênero é adquirida ainda no âmbito familiar, onde se fazem os primeiros aprendizados para a divisão sexual do trabalho. Helena Hirata (1998) salienta que há uma construção social sexuada no mundo produtivo e reprodutivo, onde os homens e mulheres são desde a escola e a família qualificados diferentemente para o mercado de trabalho e o capitalismo se apropria disso. Assim, Carvalhal (2004) aponta que a dominação de

classe pressupõe a dominação de gênero e tanto homens como mulheres são explorados. Porém, no caso da mulher há um agravante, uma vez que além da força de trabalho existe a divisão sexual do trabalho, que impõe somente à mulher os cuidados da casa. É nesse sentido que para Heleieth Saffioti (1987), o espaço privado do lar reduz as potencialidades da mulher. Ao se inserir no trabalho assalariado, a mulher acaba exercendo determinadas atividades, ditas femininas e são também menos remuneradas. Para além disso, não se pode isentar o conhecimento de que os trabalhos em domicílio não possuem reconhecimento profissional, não são compreendidos como uma qualificação, o que acaba por corroborar com a baixa remuneração recebida.

Dessa forma, pode-se dizer que o papel das mulheres, no mercado de trabalho, é superexplorado notadamente, segundo Carloto (2002), em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhado masculino por trabalho feminino, mal remunerado e em condições adversas. Ainda assim, é importante ressaltar que as mulheres que avançam no espaço público só o fazem por conta de outras que realizam as tarefas domésticas por ela. Dessa forma, conforme afirma Carvalhal (2003), devemos apontar, que não existe apenas o problema da dupla jornada que a impede de participar das atividades políticas, mas uma cobrança para que a mulher não deixe a paisagem culturalmente destinada a ela – a paisagem doméstica –, pois deve haver uma justificável resposta social para que uma mulher destine suas funções a outra. Isto é, para que uma mulher (geralmente mais bem paga) possa abrir mão de sua dupla jornada de trabalho e atuar na vida política, outra assume seu lugar, assumindo uma tripla jornada de trabalho, completamente subordinada e alienada de sua condição, alienada de seus espaços, alienada inclusive de suas paisagens, alienada até mesmo de sua condição de alienação, além do fato que esta mulher não terá sequer quem faça os serviços domésticos por ela, os mesmos que acredita piamente ser de sua única e exclusiva responsabilidade. Lígia Mendonça (1998) coloca que a questão da responsabilidade do lar para a mulher é tão imposta que, quando vive o espaço público acaba interiorizando a culpa por deixar muitos de seus afazeres em função do trabalho assalariado.

É nesse bojo de discussão de cultura feminina, paisagem feminina, gênero, mulher e trabalho que propomos aqui uma tentativa rápida de observação de empiria. Estamos falando de uma cooperativa de mulheres que desenvolvem um trabalho na favela da Rocinha – RJ, acreditamos que essa aproximação possa nos trazer aqui nesse momento uma oportunidade de análise mais específica da discussão proposta até o momento.

COOPA-ROCA: uma chance de observação e aproximação sobre a mulher e o trabalho

É exatamente a partir das noções levantadas no tópico anterior que nos interessamos em pesquisar sobre a lógica que envolve um trabalho onde as mulheres não saem de suas casas, não deixam de viver e de ocupar a paisagem que historicamente foi e que ainda é destinada socialmente a ela, não se isentam dos cuidados de seus filhos e ainda assim conseguem desenvolver uma atividade que lhes garantam um acréscimo na renda mensal, em uma quase ilusão de que se está possibilitando a essas mulheres a vida e a participação no público. Trata-se aqui das atividades propostas e desenvolvidas pela Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda. (COOPA-ROCA). A COOPA-ROCA se torna um interessante objeto de observação e aproximação na medida em que permite e se coloca como um importante meio de trabalho para algumas mulheres da Rocinha. Dessa forma, tem-se que, na maior favela do Rio de Janeiro, a Rocinha, fruto das ações de algumas mulheres, que sem acesso à economia formal e com dificuldades econômicas, inicialmente se uniram e começaram a trabalhar com reciclagem de lixo têxtil industrial e venda de trabalhos manuais, e posteriormente com os bons resultados do trabalho e com um aumento da demanda por seus produtos, no início da década de 1980 criaram a COOPA-ROCA. A Cooperativa surge de um modo geral, com o intuito e com a missão de gerar condições para que suas cooperadas pudessem trabalhar em suas residências. Assim, esperava-se que tais mulheres pudessem ampliar seu orçamento familiar sem haver a necessidade de se afastarem de suas atividades domésticas e do cuidado dos filhos. Seguindo ainda a máxima de que existem paisagens produzidas, produtoras e destinadas a mulheres, chegando ao ápice de se considerar que ainda

que se possa penetrar em outras paisagens, deve mesmo pertencer àquela que foi designada, i.e., pode “trabalhar fora”, ocupar outros espaços e paisagens, desde que não deixem de pertencer à paisagem doméstica, dito isso no imaginário majoritário social.

Em meados do ano de 2013, a COOPA-ROCA contava com aproximadamente 100 mulheres (artesãs e/ou costureiras) e consideráveis parcerias nacionais e internacionais no mercado de *design* de vestuário e acessórios. É importante frisar que esta Cooperativa, segundo suas fontes oficiais, conta ainda com a missão de estimular a qualificação profissional, a consciência no campo da saúde, seguridade social, o fortalecimento da autoestima, e o aprendizado coletivo. Tudo de modo a estimular e garantir o senso de cooperativismo.

Vale neste momento fazer uma retomada e até mesmo uma contextualização acerca do que entendemos por práticas e atividades do Cooperativismo. Assim, usando como referência o documento elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), são estabelecidos os seguintes princípios cooperativos:

Adesão voluntária e livre: as Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem seus serviços e assumirem as responsabilidades como membros, sem quaisquer discriminações de nenhuma natureza;

Gestão democrática pelos membros: as Cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os cooperados, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes;

Participação econômica dos membros: Os cooperados contribuem equitativamente para o capital da sociedade, controlando-o democraticamente. Este patrimônio passa a fazer parte da sociedade e é destinado aos seus objetivos sociais;

Autonomia e independência da Cooperativa: A Cooperativa é uma organização autônoma de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Em suas relações com terceiros deve atuar com total independência, sem qualquer interferência em sua autonomia e administração;

Educação, formação e informação: As Cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir cada vez mais eficazmente para o desenvolvimento da Cooperativa;

Intercooperação: As Cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em

conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

Interesse pela comunidade: As Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

O Sescoop salienta, ainda, que para ocorrer o funcionamento e a participação do associado na vida da Cooperativa:

A participação dos associados no empreendimento cooperativo se dá de forma organizada e com muita responsabilidade, onde todos devem assumir o papel de verdadeiros donos, tendo em mente que a Cooperativa não é uma casa de caridade, nem simplesmente uma casa de comércio, e sim uma prestadora de serviços aos associados, com objetivos econômicos, sociais e culturais. A presença e a participação na busca de conhecimentos, qualificação e profissionalismo fazem parte do objetivo cultural da Cooperativa. Esta busca do saber propicia um crescimento pessoal e facilita a descoberta de valores e talentos. É nesta fase que surgem os verdadeiros líderes, capazes de assumir as funções de administração e fiscalização.

Estas acentuações colocadas pelo Sescoop são fundamentais na medida em que possibilitam a percepção e, de acordo com Rocha-Pinto e Irigaray (2008), de certo modo, retira da figura dos cooperados o estigma de mão de obra semi-qualificada, uma vez que se pode encontrar em Cooperativas profissionais qualificados de diversas categorias, com a finalidade de solucionar problemas do mercado de trabalho, gerando renda e se livrando do sistema de salários.

Tendo isto em vista, Culti (2002, p. 12) afirma que:

[...] o cooperativismo é uma forma de produzir atraente visto que nela, o lucro que o empresário obtém do trabalho contratado desaparece e o trabalhador associado traz para o grupo uma fonte de renda que passa a ser investida nela e distribuída entre os membros, visando o melhoramento das suas condições de vida e seu futuro profissional.

Assim, segundo Rocha-Pinto e Irigaray (2008), os princípios norteadores de uma Cooperativa são os da democracia e da solidariedade, com a formação de um grupo não imposto, aceito por seus membros tanto economicamente, quanto no caráter social e educativo. É importante frisar que ao deixarem de ser assalariados alteram o modo de produção já que os participantes teoricamente têm os mesmos direitos e obrigações, com práticas de gestão democrática e uma estrutura horizontal. Dessa maneira, segundo Junqueira e Trez (2004), a manutenção de uma Cooperativa depende de decisões sobre os serviços prestados pelos associados, os preços, o cumprimento das exigências, a comunicação entre os integrantes.

Essa perspectiva das atividades em Cooperativas acaba impondo uma série de questionamentos, como se de fato ocorre a efetiva organização em autogestão, se há de fato uma responsabilidade social. Assim, conforme aponta Rocha-Pinto e Irigaray (2008), colocam-se em destaque as motivações que fizeram e fazem os membros optarem por essa forma de trabalho, também se coloca em questão o senso de cooperativismo.

Ainda segundo Rocha-Pinto e Irigaray (2008), outros questionamentos surgem no que tange às pressões institucionais impostas às Cooperativas, em que se exige um nível de desempenho operacional, ocorrendo, também, pressões políticas resultantes da mudança de interesse e da composição dos apoiadores da Cooperativa, o que, por vezes obriga a uma modificação nos tipos de serviços oferecidos em resposta às exigências externas. Além das pressões institucionais e políticas existem as pressões sociais, que estão associadas à heterogeneidade do grupo, com membros que apresentam visões e pensamentos discordantes e conflitantes, o que pode impedir ou atrapalhar a continuidade de determinadas práticas. De um modo geral, são pressões que fazem parte das atividades das Cooperativas, sendo necessário para sua manutenção, a elaboração e aplicação de respostas estratégicas, como por exemplo, se habituar às exigências externas, imitar os modelos institucionais, desenvolver uma tentativa organizacional de desviar da necessidade de conformidade com as pressões ou, até mesmo, ir de encontro às pressões impostas e se reafirmar. O fato é que nem todas as Cooperativas funcionam dentro de um mesmo padrão, são organizações múltiplas conforme suas práticas e atividades.

A partir dessa constatação, cabe aqui retomar para a situação de aproximação de análise – COOPA-ROCA – de modo a inserir estes questionamentos, um tanto quanto gerais acerca das Cooperativas, para algo mais específico. Entendendo que se as Cooperativas são múltiplas e desenvolvem atividades diversas como é, portanto, o funcionamento da Cooperativa em foco de análise neste presente projeto. Para tal, é necessário compreender que, de acordo com Rocha-Pinto e Irigaray (2008), a COOPA-ROCA em seus primeiros anos buscou organizar e qualificar um grupo de mulheres, gerando uma singela produção de artesanatos, adotando técnicas tradicionais brasileiras (como o fuxico, o *crochet*, *patchwork*), havendo, portanto, um gran-

de enfoque na produção artesanal e na qualificação das cooperadas, que acumularam e adquiriram esses conhecimentos muitas vezes de suas mães, avós, tias. Não podemos deixar de perceber que essas técnicas tradicionais são embutidas de símbolos e significados culturais, velando-se frisar que a paisagem – nesse caso, a paisagem feminina – é produto e também é suporte da cultura, uma vez que é veículo de mitos, tradições, valores, que contribuem para transferir crenças, sonhos, ações sociais, saberes que passam de uma geração a outra, exatamente o que pode ser observado através dessa nossa aproximação e olhar voltado para a Cooperativa em destaque. Para além dessa percepção, ainda vale inserir que, sendo venda e produto, a paisagem também adquiriu *status* de mercadoria, é produzida, massificada, distribuída, tornada fetiche e consumida, isso não é diferente com a paisagem feminina como bem vemos na COOPA-ROCA.

Segundo Gustavo de Paula, em uma matéria veiculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2006, a COOPA-ROCA, já em seu primeiro ano de existência, obteve uma linha de crédito do Governo Federal e adquiriu a casa onde hoje funciona a sede de três andares, na Rua Um, parte alta da favela da Rocinha. A projeção da Cooperativa veio quando esta ingressou no mundo da moda, participando de alguns eventos de renome. O primeiro desfile aconteceu na Fundação Progresso, em 1994; meses depois, os produtos produzidos pela Cooperativa foram apresentados em passarelas de Berlim. Houve um sucesso imediato da Cooperativa e uma considerável repercussão nos meios de comunicação, o que levou a Cooperativa a estabelecer importantes parcerias, embora ainda mantivesse dependência dos refugos doados pela indústria têxtil, o que fazia com que o trabalho das artesãs tivesse mais valor artístico do que comercial propriamente dito. Nos anos 2000, a COOPA-ROCA realizou a primeira edição da exposição REtalhar, no Parque das Ruínas, no Rio de Janeiro, e na unidade de moda do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de São Paulo, convidando artistas plásticos, *designers* e estilistas de renome nacional. A exposição foi fundamental para a consolidação da relação com a indústria têxtil e possibilitou à COOPA-ROCA um crescimento considerável de sua produção, repercutindo em um aumento no número de artesãs ao longo do tempo. As parcerias geradas a partir dos eventos possibilitaram à Cooperativa gerar recursos

para pagar as integrantes além de cobrir os custos fixos mensais. Ao longo dos anos, a COOPA-ROCA vem participando de alguns eventos e, por intermédio desses, ampliando e fortalecendo sua rede de articulação com organizações governamentais e não governamentais e com parcerias comerciais.

O que se pode aferir, segundo as informações oficiais disponibilizadas pela COOPA-ROCA, é que atualmente a Cooperativa vislumbra alguns desafios a fim de profissionalizar sua relação com o mercado, e assim fortalecer suas atividades e ampliar seu impacto social na favela da Rocinha. Dessa forma, segundo Rocha-Pinto e Irigaray (2008), atualmente a Cooperativa tem por finalidade qualificar, administrar e expandir seus parceiros comerciais, aumentando sua produção e o número de cooperadas.

Então, com mais de trinta anos de existência, a Cooperativa conta com uma estrutura organizada, em que as tarefas são divididas de acordo com a capacidade produtiva de cada uma das integrantes. Segundo os dados fornecidos pela COOPA-ROCA, a renda mensal média das cooperadas chega aos R\$ 300,00 – apesar desse não ser um ganho fixo, uma vez que as mulheres recebem de acordo com o volume de trabalho. É um ganho que, de um modo geral, auxilia na renda mensal das famílias envolvidas, garantindo que as integrantes da Cooperativa possam produzir suas peças em casa, sem abandonar o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Só vão até a sede para entregar sua produção e/ou participar das oficinas de aperfeiçoamento oferecidas. Mantêm-se, também, a gestão democrática, sendo todas as decisões tomadas em conjunto. Ao que parece de muita valia e integração também chama atenção justamente pela manutenção de trabalhos que seriam culturalmente de cunho feminino, como os trabalhos artesanais produzidos pelas cooperadas, além é claro de quase estabelecimento de paisagens, espaços, atividades, funções destinados a mulher.

Considerações finais

A paisagem é simultaneamente o concreto, o pensado, o subjetivo, a estrutura e a superestrutura. A paisagem é o racional, é o sensorial, é o sentimental; é o que conseguimos estruturar pelos sentidos e pela razão, é o que dá significado para os

indivíduos socialmente construídos, ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem, desconstróem e reconstróem as paisagens conforme suas (inter)subjetividades. A paisagem é marca, é matriz. A paisagem é o mundo no indivíduo e, simultaneamente, o indivíduo no mundo, ou melhor, o mundo dá significado ao indivíduo e o mesmo produz-reproduz o mundo com suas paisagens. A paisagem oblitera, camufla, esconde e paradoxalmente evidencia, mostra, transparece. Conforme fizemos valer ao longo desse artigo, se a geografia está em toda parte, se a geografia é arcabouço de contradições, conflitos, tensões, intenções, portanto essas contradições, conflitos, tensões, intenções estarão em toda parte, em todas as paisagens, nas dominantes, nas alternativas, inclusive nas paisagens excluídas, é nisso que vimos e vemos sentido em introduzir nesse bojo de análise uma leitura mais crítica que grita e pede um tanto de cautela na leitura e na compreensão desse conceito. É também nesse contexto que nos sentimos completamente à vontade de propor e dar seguimento a um estudo que busca a compreensão dessas contradições, dessas intencionalidades pertinentes às paisagens, especificamente à paisagem feminina, sendo primordial em nossa discussão, conforme pode ser observado, um enfoque na discussão das categorias gênero, trabalho e mulher.

Quando propomos uma aproximação e observação a partir de uma empiria nos debruçamos, ainda que brevemente, sobre o funcionamento da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda. (COOPA-ROCA). Essa aproximação nos desperta interesse justamente por permitir algo mais palpável de observação. Nesse sentido, por fim, devemos frisar que a organização e o uso do espaço pelas mulheres pressupõem um conjunto muito diferente de significados simbólicos que aquele dos homens. É importante frisar que a masculinidade e a feminilidade da paisagem pública continuam a ser, ainda hoje, um tema excluído e renegado da investigação geográfica, ainda que busquem os estudos da chamada geografia subversiva, por isso da mesma maneira que iniciamos essa discussão, nos propomos a terminar – não de modo a fechar, pelo contrário, estaremos sendo levianos se cogitarmos minimamente essa possibilidade – compreendendo e reiterando a máxima de que geografia está em toda parte, inclusive nos alternativos e excluídos, inclusive nas paisagens alternativas e excluídas, inclusive nos estudos da mulher, do femini-

no, do gênero, do trabalho da mulher; há uma necessidade analítica e essa necessidade é urgente.

Referências

- ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BARBIERE, Teresita de. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife (PE): S.O.S. Corpo, 1993.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 1998. P. 84-91.
- CARLOTO, Cassia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina (PR), v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm>. Acessado em: 11 de set. 2016.
- CARVALHAL, Terezinha B. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente (SP), 2003.
- CARVALHAL, Terezinha B. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente (SP): Centelha, 2004.
- CHINALI, Israild G. **Empregada doméstica**: mulher e trabalhadora; uma proposta de intervenção do serviço social. 1982. Dissertação (Mestrado em Serviço social)– Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CORREIA, Silvia. **Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente – SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente (SP), 2010.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 1998. p. 92-123.
- CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In: CONGRESSO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002. **Memórias...** Amsterdã (HOL): [s.n.], 2002. sem paginação.
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo (SP), ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 149-168.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio P.; TREZ, Alberto P. **Capital social e a sobrevivência das Cooperativas de Trabalho**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28. **Anais...** Curitiba (PR), 2004. sem paginação.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

MENDONÇA, Lígia. Luta de gênero e classe. In: COLETIVO NACIONAL DE MULHERES MST (Org.). **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo (SP), 1998. p. 6-11.

OLIVEIRA, Rogério R. de; ENGEMANN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. **Esboços**, Florianópolis (SC), v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.

PAULA, Gustavo de. Rocinha fashion: como cem mulheres moradoras do morro carioca ganharam fama no mundo da moda. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 3, n. 28, sem paginação, 8 nov. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2209:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ROCHA-PINTO Sandra Regina da; IRIGARAY, Hélio Arthur. A instrumentalização do terceiro setor. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 6, n. 1, p. 109-122, 2008.

ROY, L. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. São Paulo (SP): Alínea, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **O poder do macho**. São Paulo (SP): Moderna, 1987.

SANSOLO, Denis G. Significados da paisagem como categoria de análise geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 7. **Anais...** Niterói (RJ): UFF, 2007. sem paginação.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério R. de; GUEDES-BRUNI, Rejan R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, Campinas (SP), v. 12, n. 1, p. 49-66, jan.-jul. 2009.

SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2013.

TORRES, Augusto Martins. Gênero, raça/etnia e saúde: interfaces dos saberes e práticas da enfermagem. In: SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 72.; JORNADA MARANHENSE DE ENFERMAGEM, 42. **Anais...** São Luís (MA): [s.l.], 2011.

Recebido em 12 set. 2016;

Aceito em 7 fev. 2017.